

Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros.

Melo Carlos Ranulfo.

Cita:

Melo Carlos Ranulfo (2010). *Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/664>

Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros

Carlos Ranulfo Melo
DCP/UFMG

V Congresso Latino Americano de Ciência Política
Buenos Aires, 28 – 30 de julho de 2010

Resumo

Este artigo procura explicar a variação na relação entre deputados e partidos em doze estados brasileiros. Tal variação é mensurada com o auxílio de um índice de partidarismo, construído com base em um conjunto de perguntas feitas aos representantes eleitos para as Assembléias Legislativas. A variação encontrada é explicada em dois níveis. O primeiro remete a uma das dimensões da institucionalização dos diversos sistemas partidários estaduais: a estabilidade da competição eleitoral. O segundo remete a características dos deputados tais como tempo de filiação, tipo de partido pelo qual foi eleito, grau de particularismo no exercício do mandato, grau de progressismo relativamente a temas polêmicos.

Palavras chave: individualismo, partidarismo, sistemas partidários estaduais, Assembléias Legislativas.

Introdução

Este texto explora a relação entre deputados e partidos tendo como referencial empírico os representantes eleitos em 2006 para as Assembléias Legislativas em doze estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. A base de dados pertence ao projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação”, conduzido por pesquisadores do Centro de Estudos Legislativos do DCP/UFMG¹.

O ponto de partida para a análise é a opinião dos legisladores entrevistados. O objetivo do texto é explicar a variação encontrada quando se analisa o perfil, mais ou menos

¹ O autor agradece aos demais coordenadores do projeto, as professoras Fátima Anastasia, Magna Inácio e Mônica Mata Machado de Castro pela utilização dos dados. A pesquisa entrevistou 513 de um total de 624 deputados eleitos em 2006 para as assembleias dos referidos estados. O trabalho de campo foi realizado entre outubro de 2007 e março de 2008. Envolveram-se nas entrevistas os seguintes pesquisadores, estudantes da graduação em Ciências Sociais ou da pós-graduação em Ciência Política na UFMG: Alessandra Costa, Breno Cypriano, Carlos Augusto Mello Machado, Catherine Kelly Ornelas, Cláudio Lobenwein Resende, Daniela Paiva de Almeida Pacheco, Deivison Souza Cruz, Diogo César Pereira, Felipe Nunes dos Santos, Geralda Luiza de Miranda, Helga do Nascimento de Almeida, Ivânia Moraes, Juliana Jardim Pereira, Lucas Rodrigues Cunha, Luciana da C. Farias Santana, Marina Brito Pinheiro, Marta Mendes da Rocha, Maurício de Moura Marques Jr, Paulo Magalhães Araújo, Poliana Régia da Silva, Raquel Novais Reher, Renato Francisquini, Roberto Luiz Goulart Alves, Ronaldo Teodoro, Sandro Amadeu Cerveira, Thiago Rodrigues Silame. A pesquisa contou com financiamento da FAPEMIG, do CNPq, e beneficiou-se de uma cooperação internacional com a Universidade de Salamanca, Espanha, financiada pela CAPES.

partidário, dos deputados. Evidentemente, as afirmações que aqui serão feitas são válidas apenas para o universo pesquisado. A primeira hipótese a ser verificada é a de que os deputados apresentarão perfil mais nitidamente partidário naqueles estados onde o sistema partidário encontra-se mais institucionalizado. Tal hipótese parte da noção de que no Brasil deve-se levar a sério a existência de uma dimensão de caráter horizontal (Bardi e Mair, 2009), referida à organização federativa, ao se analisar o sistema partidário. Os 27 subsistemas partidários brasileiros além de não serem “cópias” do sistema federal, apresentam grande variação, tanto no que se refere a quais são os partidos relevantes como no que tange ao padrão de interação estabelecido (quando existe) entre eles.

A segunda linha de explicação remete às características dos deputados eleitos. A partir dos dados disponíveis no questionário foram testadas as hipóteses de que os deputados apresentarão perfil mais partidário quando: a) mais tempo estiverem filiados aos seus partidos; b) forem eleitos por partidos situados à esquerda do espectro partidário; c) se posicionarem de forma progressista relativamente a temas como aborto, união civil de homossexuais, descriminalização de drogas, pena de morte e proibição do uso de armas; d) apresentarem menor tendência a um mandato de tipo particularista; e) declararem filiação religiosa menos conservadora; f) não pertencerem a famílias com tradição política; g) possuírem maior experiência legislativa; h) apresentarem menor renda e se dedicarem exclusivamente à atividade legislativa.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na próxima seção, depois de uma breve contextualização da relação entre deputados e partidos no Brasil, é apresentada uma medida que procura classificar os deputados de acordo com seu perfil partidário, o “índice de partidarismo”. Explica-se como se chegou a tal índice e qual sua variação. A terceira parte do artigo é dedicada aos sistemas partidários nos estados estudados. A partir de um conjunto de indicadores chega-se a um índice que, assim se espera, permite classificar os 12 subsistemas partidários de acordo com uma das dimensões da institucionalização – a estabilidade da competição eleitoral. Na quarta seção são apresentadas as hipóteses que buscam vincular determinadas características dos deputados à sua posição no índice de partidarismo. A quinta seção apresenta o modelo

de regressão com o conjunto das variáveis independentes indicadas e discute os resultados².

Partidos e deputados

A relação entre os políticos e os partidos brasileiros sempre foi motivo de controvérsia. Para uma parcela da literatura internacional (Mainwaring, 1991, 1993; Sartori, 1996, Cavarozzi e Casullo, 2003, Ames, 2003) o Brasil certamente poderia ser caracterizado com um país de políticos “sem partido”. Por outro lado, a literatura nacional, e em especial aquela que tem se dedicado à área de estudos legislativos a partir dos trabalhos de Figueiredo e Limongi (1999), aponta para um comportamento disciplinado dos deputados no interior do processo legislativo.

Na verdade, no Brasil tanto é possível encontrar trajetórias políticas nas quais as diversas legendas disponíveis no mercado eleitoral são ou foram utilizadas ao sabor da conjuntura, como também sobram exemplos de lideranças que construíram sua carreira por dentro de um mesmo partido. E é justamente esta variação que aqui se tenta explicar.

As razões pelas quais políticos “sem partido” são facilmente identificáveis entre nós podem ser apontadas sem maiores problemas. O Brasil atravessou o chamado “século de Michels”, a época de ouro das organizações partidárias, sem experimentar nada que se assemelhasse ao que Bernard Manin (1995), em sua tipologia dos governos representativos, chamou de “democracia de partido”. Como é sabido, este tipo de governo só foi possível naqueles países onde os partidos chegaram a desempenhar papel relevante na mobilização e incorporação dos indivíduos à condição de cidadania e onde, na esteira de tal processo, criaram extensas redes de apoio e fortes laços de identidade entre o eleitorado. A história brasileira, pelo contrário, registra poucos momentos em que os partidos tenham sido protagonistas de escolhas cruciais – a começar pelo fato,

² São necessários ainda mais dois agradecimentos. O primeiro a Ernesto Amaral, colega do DCP/UFMG. Sem a sua ajuda o tratamento dos dados aqui efetuado não teria sido possível. É evidente que os problemas que ainda assim persistirem são de minha inteira responsabilidade. O segundo aos bolsistas de iniciação científica Leôncio Caetano de Farias, Ana Clara Fernandes Cavalcanti e Matheus Almeida, que auxiliaram na sistematização dos dados referentes aos sistemas partidários estaduais.

evidente, de que desde meados do século XIX até os anos 1980 o país experimentou tantas formações partidárias quantas foram as mudanças de regime político.

Pode-se argumentar, e é verdade, que o atual sistema partidário terá tempo pela frente e que a seqüência de eleições e, em especial, a dinâmica das disputas presidenciais, vem permitindo que o sistema adquira estabilidade e consolide uma estrutura de competição moderada (Melo, 2007). É certo também que os partidos controlam recursos importantes no cenário eleitoral, como o tempo de TV e os recursos do Fundo partidário (Miranda, 2008; Mauro, 2009) e, como tem mostrado diversos autores (Figueiredo e Limongi, 1999 e 2002; Amorim Neto 2000; Santos 2003; Inácio 2006) estruturam o jogo político em um nicho crucial: o Congresso Nacional.

Mas isso não anula o fato de que o “tempo” do atual sistema transcorrerá em um contexto em que os processos acima referidos – de mobilização e incorporação política nas democracias – já foram realizados e onde um novo fator, a mídia, torna possível o acesso dos políticos aos eleitores sem que estes tenham que necessariamente investir na construção de um partido. Mais ainda, ao que tudo indica a competição política no país continuará se desenvolvendo no interior de uma estrutura de incentivos – materializada no sistema de lista aberta – que torna a competição eleitoral uma disputa entre indivíduos e estimula a priorização de estratégias que favorecem a criação de laços entre os candidatos e os eleitores, bem como a afirmação de atributos pessoais relativamente aos do partido. Isso significa que embora possam ser computados ganhos no que se refere à estabilidade, o atual sistema partidário continuará operando em um contexto onde é muito pouco provável que uma parcela expressiva dos eleitores passe a se identificar de forma mais consistente com os partidos e a utilizá-los como referência básica para suas escolhas eleitorais. Em poucas palavras, o espaço para a construção de carreiras políticas marcadamente individualistas não é algo que vá diminuir com o tempo. Pelo contrário, tais carreiras continuarão a conviver com aquelas onde o partido é a referência indiscutível.

No presente estudo, para se chegar a uma medida da maior ou menor inclinação partidária dos deputados foram utilizadas 05 perguntas do questionário aplicado nas doze assembléias. As questões são as seguintes:

- Q.16 – Quanto à lista de candidatos para deputados e vereadores, qual o (a) sr(a) acredita ser o tipo mais adequado para o Brasil? 1. Lista aberta; 2. Lista fechada; 3. Outro tipo de lista. Qual?
- Q. 30 – Na última eleição, qual foi o fator mais importante para conseguir apoio político-eleitoral de prefeitos e vereadores? E em segundo lugar? 1. Suas relações pessoais ou familiares com prefeitos e/ou vereadores. 2. Suas relações partidárias. 3. A intermediação de lideranças locais. 4. A ocupação prévia do cargo de prefeito em um município importante. 5. A realização de obras na região, em outras ocasiões. 6. O seu apoio à campanha deles, quando eles foram candidatos.
- Q.61 – Quando há um conflito entre os interesses dos eleitores de sua região e as posições de seu partido, como o(a) Sr.(a) costuma votar? 1. Sempre com o partido; 2. Sempre de acordo com os interesses dos eleitores de sua região.
- Q. 63 – Quando um deputado, eleito por determinado partido, decide se desvincular deste partido, o que o(a) sr(a) acha que o deputado deve fazer? 1. Conservar sua cadeira e se integrar a outra bancada; 2. Renunciar à sua cadeira para que outro membro do partido assuma.

As quatro questões foram transformadas em variáveis *dummy* onde o valor 0 significava uma posição de caráter mais individualista e o valor 1 uma posição de caráter partidário. Na pergunta 16 foi necessário classificar as respostas dos deputados que responderam “outro tipo de lista”. Neste caso, os deputados foram convidados a explicitar sua opção. Quando isso apontou no sentido de uma lista flexível ou de uma lista fechada no contexto de um sistema eleitoral de tipo alemão, a resposta foi classificada como indicando comportamento mais partidário (1). No caso da questão de número 32 não existia uma contraposição entre as alternativas propostas aos deputados, mas foi possível destacar aqueles que assinalaram “as relações partidárias” em primeiro ou segundo lugar. As demais respostas foram agrupadas em (0).

O índice foi construído somando as respostas dadas (0 ou 1) por cada deputado. No entanto foi preciso lidar com o fato de que cerca de 80 deputados declararam não ter recebido apoio de prefeitos ou vereadores em sua eleição (Q.30). Optou-se por fazer uma ponderação, generalizando o procedimento de modo a valer para todas as questões. Em outras palavras, foram considerados todos os casos em os deputados responderam pelo menos 03 das 04 questões. A soma obtida com as respostas foi dividida pelo total de questões respondidas. Desta forma chegou-se a sete valores: 0,0; 0,25; 0,33; 0,50; 0,67; 0,75 e 1,0 (0,25 correspondendo a 1 ponto em 04 questões; 0,33 correspondendo a 1 ponto em 03 e assim sucessivamente). Posteriormente os valores foram reagrupados da seguinte maneira: 0,0 = 0; 0,25 e 0,33 = 1; 0,5 e 0,67 = 2; 0,75 e 1,00 = 3.

Ao fim e ao cabo, foi possível chegar a um índice de partidarismo variando de 0 (perfil menos partidário) a 3 (perfil mais partidário). A tabela 1 mostra a distribuição do índice em termos percentuais nos estados analisados, bem como o valor médio alcançado em cada um deles.

Tabela 1
Distribuição de frequência (%) e valor médio do Índice de Partidarismo nos estados

Estado	Índice de partidarismo				Total (N)	Valor médio do índice
	0	1	2	3		
RS	4,3	26,1	39,1	30,5	46	1,96
SC	8,3	25,0	30,6	36,1	36	1,94
SP	26,3	22,4	18,4	32,9	76	1,60
PE	21,1	31,6	21,1	26,3	38	1,53
PA	23,7	34,2	18,4	23,7	38	1,42
BA	34,6	19,2	21,2	25,0	52	1,37
MG	29,5	34,4	19,7	16,4	61	1,23
CE	35,0	30,0	17,5	17,5	40	1,18
RJ	43,4	20,8	20,8	15,1	53	1,08
GO	25,8	45,2	25,8	3,2	31	1,06
MT	29,4	41,2	23,5	5,9	17	1,06
TO	47,3	21,1	26,3	5,3	19	0,89
Total (N)	137	142	116	112	507	1,40

Fonte: Banco de dados Projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação em doze estados da federação”.

A variação do índice e o contraste entre os extremos da tabela são expressivos. No Rio Grande do Sul 30,4% dos entrevistados revelaram baixo perfil partidário – posições 0 e 1. Em Santa Catarina foram 33,3% e em São Paulo 48,7%. Já nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Tocantins e do Mato Grosso as posições 0 e 1 foram ocupadas por 64,2%; 71,0%; 70,6% e 68,4% dos legisladores respectivamente.

Sistemas partidários estaduais e estabilidade da competição política

A discussão sobre a “consolidação estrutural” dos sistemas partidários remonta a Sartori (1976). O conceito, para o autor, atenta para o “impacto imobilizador das estruturas”

(p. 294). De maneira simplificada, um sistema estruturado seria aquele onde o eleitor, ao votar, orienta-se por um vínculo de lealdade e por uma imagem abstrata que faz dos partidos. Quando isso acontece o sistema passa a ser percebido como “um sistema natural de canalização da sociedade política” (Sartori, 1996:51).

Não parece haver dúvidas quanto ao fato de que sistemas partidários “consolidados” tendem a gerar melhores resultados do que aqueles que não atingem tal condição. O jogo político torna-se mais estável, menos permeável ao surgimento de *outsiders* e mais inteligível para o eleitor ampliando, em decorrência, as chances de que este último possa exercer algum controle sobre os representantes eleitos³.

O problema passa a ser como mensurar o grau de consolidação ou institucionalização de um sistema partidário. Sartori não se dedica ao ponto, limitando-se a dizer que “os partidos de massas são um bom indicador de um sistema de partidos estruturado” (1976, p. 295)⁴. Ao fazer tal opção, Sartori “condena” os sistemas partidários das novas democracias a um estado de “não consolidação”. O ponto foi notado pelos autores que, mais recentemente, têm voltado ao assunto (Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring e Torcal, 2005 e Mainwaring e Zoco, 2007) e procurado desenvolver um referencial analítico para o estudo dos sistemas partidários nas democracias da “terceira onda”. A idéia básica é de que seria possível trabalhar o conceito de institucionalização como um contínuo⁵. Na formulação inicial do problema, Mainwaring e Scully optam por trabalhar com quatro dimensões da institucionalização. Já no artigo de 2005, Mainwaring e

³ Evidentemente, há que se lidar com o problema da mudança. Ainda que Sartori não dê maior importância ao ponto, sistemas “consolidados” devem também apresentar capacidade de se adaptar a mudanças no ambiente externo, sob o risco de quebra (Cavarozzi e Casullo, 2003; Levitsky, 2005). A referência remete a um dos critérios definidos por Huntington (1975) ao discutir a institucionalização: a disjuntiva adaptabilidade/rigidez. Para o autor quanto mais rígido o sistema, menos institucionalizado. Para Sartori trata-se do contrário. O próprio Sartori depois de apontar a proximidade entre os dois conceitos – consolidação estrutural e institucionalização – ressalta a diferença neste ponto mas não a discute, limitando-se a dizer que seu conceito é “mais simples e menos ambicioso” que o de Huntington. Para os objetivos deste texto, na medida em que interessa aqui o requisito da estabilidade, os dois conceitos serão tratados do mesmo modo como faz a literatura recente, ou seja, de forma intercambiável.

⁴ Note-se que tal formulação, constante no clássico **Partidos e Sistemas Partidários** é menos abrangente do que a utilizada em **Engenharia Constitucional** (e mencionada anteriormente): afinal, nos EUA a existência de um “sistema natural de canalização” prescindiu da emergência de partidos de massa.

⁵ Existe toda uma discussão sobre a oportunidade ou não de se utilizar a noção de contínuos na análise de sistemas. O próprio Sartori (1976) chama a atenção para alguns problemas na aplicação de tal ferramenta para a análise dos sistemas partidários. Foge aos objetivos deste texto discutir o ponto, mas cabe ressaltar que a alternativa sartoriana – a rígida distinção entre sistemas consolidados e não consolidados – também não consegue resolver de forma satisfatória o problema da mudança e da passagem de um estado a outro.

Torcal se limitam a trabalhar com duas delas: a estabilidade na competição eleitoral (medida por meio da volatilidade) e a profundidade das raízes partidárias na sociedade⁶.

Neste texto acredita-se que a noção de institucionalização ajuda a entender a dinâmica dos sistemas partidários nas novas democracias, feita a ressalva de que não se pretende a existência de um processo de caráter teleológico – cuja meta seria “alcançar” o modelo europeu – e muito menos irreversível, como o mostra com sobras a experiência recente da Venezuela⁷. De modo mais específico, aqui interessa abordar um aspecto da institucionalização dos sistemas partidários: sua capacidade de desenvolver um padrão estável de competição política.

Visto sob este ângulo o sistema partidário brasileiro tem apresentado uma evolução positiva. Ainda que a fragmentação mantenha-se alta e o nível de identificação partidária baixa, não se registram mais partidos que desaparecem da noite para o dia depois de terem sido usados pelos políticos. As quatro maiores legendas nacionais – PT, PSDB, PMDB e DEM – controlam desde 1994 no mínimo 60% da Câmara e 70% do Senado. Nas eleições presidenciais, também desde 1994, observa-se um padrão de disputa bipartidária e no Congresso os partidos que formam o “núcleo duro” dos dois blocos em disputa não compartilham as mesmas coalizões (Melo, 2007)⁸.

Mas o quadro mostra-se um tanto diferenciado quando o foco se desloca para os estados. Países federalistas, em especial aqueles nos quais as unidades subnacionais são dotadas de elevado nível de autonomia, costumam apresentar dinâmicas políticas regionalmente diferenciadas, com impacto sobre a competição nacional. Nestes casos, a eleição regional, ainda que vinculada à disputa nacional, possui importância em si mesma, seja para o eleitor, que pode escolher candidatos de diferentes partidos nos dois

⁶ Além destas, o trabalho inicial propunha que se levasse em conta a legitimidade conferida pelos atores políticos aos partidos e a prevalência das organizações partidárias sobre os interesses dos líderes.

⁷ O caso venezuelano, onde o sistema partidário virou pó poucos anos depois de ser apontado como altamente institucionalizado, foi o que motivou Mainwaring e Torcal (2005) a reconhecerem de forma explícita os pontos acima destacados. Novamente, é possível volta à disjuntiva adaptabilidade/rigidez e, neste caso, dar razão a Huntington “contra” Sartori – a débâcle venezuelana é um claro exemplo de um sistema cujos partidos tomaram-se rígidos por demais e, neste sentido, incapazes de responder às mudanças de caráter exógeno em curso no país desde os anos 80 (Anastásia, Melo e Santos, 2004).

⁸ PT, PSB e PCdoB, de um lado, e PSDB e DEM, de outro, estabelecem blocos distintos no Congresso, enquanto PMDB, PTB e PP oscilam entre os dois.

níveis; seja para os partidos, que podem estabelecer coligações distintas; seja para os políticos individualmente, que têm sua carreira assentada em vínculos de ordem local.

No caso brasileiro, tal tendência foi acentuada pelo fato de que a matriz originária do atual sistema partidário – o bipartidarismo de fato de 1982 – viu-se completamente modificada nos anos seguintes, ao contrário do que aconteceu com o sistema inaugurado em 1945 onde as mudanças se deram na correlação de forças entre os três grandes partidos, mas não se verificou a emergência de legendas desafiantes. Tal transformação, dramaticamente ilustrada pela implosão do PMDB na Constituinte (Melo, 2004), abriu espaço a um caótico processo de acomodação das elites regionais e contribuiu para uma expressiva diferenciação no interior do sistema partidário nacional⁹. Como resultado, os sistemas partidários estaduais passaram por processos distintos a depender da força local dos grandes partidos nacionais e do padrão de interação estabelecido entre os competidores.

Se para o período democrático iniciado em 1945 fazia sentido analisar tais subsistemas, como o demonstrou Lima Jr (1983), para o atual isso é ainda mais claro e uma série de autores têm se dedicado a esta tarefa. Ferreira, Batista e Stabile (2008) analisaram a oferta partidária nos estados brasileiros tendo em conta a idade dos partidos, a votação recebida nos diversos níveis e alguns elementos dos sistemas estaduais. Rennó, Peres e Ricci (2008) procuraram explicar a variação encontrada nos índices de volatilidade para as eleições da Câmara dos Deputados nos estados. Epstein (2009) argumentou ser possível distinguir quatro diferentes padrões de competição entre os estados brasileiros (fragmentado, instável competitivo, estável competitivo e hegemônico) e apresentou como variável explicativa mais importante o grau em que os partidos, nos estados, aderem a estratégias clientelísticas na busca de vínculos com o eleitor. Finalmente, Bohn e Paiva (2009) analisaram a tendência apresentada pelos índices de volatilidade nos estados considerando-se todos os tipos de pleito.

⁹ Aqui uma observação pode ser feita. Um sistema partidário não pode ser confundido com um ajuntamento de partidos. Para que se possa falar de um sistema partidário é preciso que exista um conjunto de interações resultantes da competição entre os seus membros (Sartori, 1982). Em tal situação os partidos não são o sistema e não podem mover-se à vontade porque se encontram constrangidos por suas interações com os demais competidores (Bardi e Mair 2009). Neste sentido, para o caso brasileiro, seria mais apropriado falar em sistema partidário para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou São Paulo, do que para Roraima, Rondônia ou Alagoas, estados onde mais da metade dos deputados eleitos para a Câmara dos deputados entre 1982 e 2006 mudou de partido e onde a volatilidade média ultrapassa a assombrosa marca de 45 pontos.

Para os objetivos deste texto interessa distinguir os doze estados analisados no que se refere ao grau de estabilidade da competição política, uma vez que se supõe haver alguma relação entre esta variável e o perfil mais ou menos partidário revelado pelos deputados nas entrevistas realizadas. Nos estados onde os partidos estruturam de forma mais clara a competição, sua importância será mais destacada, senão para a escolha do eleitor (isso é algo que aqui não poderá ser verificado), certamente para a constituição das carreiras políticas. Note-se que não há aqui a pretensão de estabelecer, tal como o faz Epstein (2009), diferentes padrões de competição, mas apenas localizar os estados em um contínuo referente ao quesito estabilidade¹⁰. Por outro lado, acredita-se que tal estabilidade, embora represente um aspecto crucial da institucionalização ou “consolidação estrutural” dos sistemas partidários não necessariamente esgota a discussão sobre o ponto.

Para classificar os sistemas partidários em função do grau de estabilidade na competição eleitoral foram definidos cinco indicadores. Tradicionalmente utilizado na discussão sobre institucionalização, o índice de volatilidade responde pelos três primeiros, com base nas eleições para as Assembléias Legislativas, a Câmara dos Deputados e os governos estaduais entre 1982 e 2006. Como já ressaltado pela literatura, observa-se grande variação entre as unidades da federação. Para as três medidas, o valor encontrado para o estado com os menores índices, no caso Santa Catarina, é cerca da metade daquele verificado nos estados onde o sistema partidário mostra-se mais volátil – Mato Grosso nas eleições para Assembléias e governos e Tocantins para a Câmara dos Deputados. Na tabela 2 são apresentados os valores médios para o período.

O quarto indicador é o percentual de deputados eleitos para a Câmara que mudou de partido entre 1982 e 2006 nos estados. Foram considerados apenas os titulares. A suposição feita é a de que uma alta taxa de deputados migrantes aumenta a instabilidade dos resultados eleitorais, uma vez que o deputado que troca de partido leva consigo parcela de seu eleitorado. Não é por outra razão que, como mostraram Melo (2004) e

¹⁰ O desafio de se chegar a padrões de competição para os estados brasileiros é tão estimulante quanto complexo. Basta verificar como um dos padrões definidos por Epstein, com base nos dados de 1994 a 2002, deixa de existir se tomarmos como base as eleições de 2006. Segundo o autor, Bahia e Ceará seriam os mais claros exemplos de sistemas hegemônicos, nos quais um partido “fica com a parte do leão”. As vitórias do PT e PSB trataram de problematizar tal afirmação.

Rennó, Peres e Ricci (2009), a incidência das migrações encontra-se associada ao índice de volatilidade nos estados. Neste caso a variação é ainda mais expressiva do que para os índices de volatilidade, como a observação da tabela evidencia.

A diferença em termos percentuais entre a votação, no primeiro turno, do governo eleito e de seu partido para a Assembléia Legislativa fornece o quinto indicador. O suposto aqui é o de que naqueles estados onde tais votações encontram-se mais próximas os partidos são referenciais mais fortes no momento da escolha eleitoral. Os valores apresentados referem-se à média para o período considerado. Novamente a diferença é significativa: a distância média entre as votações para o governador e seu partido é de 15,7% em São Paulo e de 36,85% no Mato Grosso.

Tabela 2
Índice de estabilidade da competição política estadual

Estado	Volatilidade			Migrantes (%)	Dif. Vot. Gov/Partido	Índice de estabilidade
	Assembléia	Câmara	Gov. Estadual			
MT	36,2	34,8	64,57	45,8	36,8	2,18
RJ	34,2	35,1	58,25	37,0	27,7	1,92
TO	31,9	42,5	45,33	43,8	26,6	1,90
PE	33,3	32	50,06	33,8	32,6	1,82
CE	36,4	34,7	51,90	28,0	23,5	1,75
MG	33	30,7	51,39	29,2	31,0	1,75
BA	31,1	29,3	40,13	32,5	27,4	1,60
PA	31,2	28,5	55,23	18,0	21,9	1,55
GO	32,7	32,4	39,16	21,8	23,4	1,50
SP	22,4	25,3	35,89	25,9	15,7	1,25
RS	18,5	18,6	35,15	8,6	20,3	1,01
SC	18,0	17,4	32,53	11,5	18,5	0,98

Fontes: Fonte: Banco de dados Projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação em doze estados da federação”; Melo (2004); Melo e Miranda (2006)

Como se pode perceber pela tabela 2, os indicadores são fortemente correlacionados. Para qualquer par de indicadores a relação, medida pelo coeficiente de *Pearson*, é de no mínimo 0,606, significativo a 0,01. O passo seguinte foi estabelecer um índice que permitisse a comparação entre os estados nos modelos a serem utilizados. Para tanto o procedimento foi simples: os valores obtidos em cada célula foram normalizados e somados, resultando em um índice com variação de 0 a 5. Quanto *mais* próximo de 5, *menos* estável terá sido a competição político-eleitoral no estado entre os anos de 1982 e 2006. Em um extremo da tabela encontram-se os estados onde a competição eleitoral

apresenta maior estabilidade: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Por outro lado, no Mato Grosso, Tocantins e Rio de Janeiro o cenário revela-se mais volátil.

Quem são os deputados partidários?

Nesta seção serão apresentadas as hipóteses formuladas com o objetivo de discutir a relação entre determinadas características individuais dos legisladores entrevistados e seu grau de partidarismo.

A primeira hipótese refere-se ao tempo de filiação. Em trabalho sobre as migrações partidárias no Brasil, Melo (2004) mostrou que deputados com mais de oito anos de filiação a uma legenda possuem quatro vezes menos chance de mudar de partido do que aqueles filiados a menos de quatro anos. O argumento aqui segue a mesma direção: maior tempo de permanência do deputado em um partido indica a existência de incentivos, sejam coletivos ou seletivos (Panebianco, 1988), preciosos para a carreira política. A hipótese, portanto, é que deputados com maior tempo de filiação apresentem perfil mais partidário. Os dados sobre filiação foram obtidos diretamente com os deputados. Dos 513 deputados entrevistados, 22 (4,3%), haviam se filiado a seu partido em 2007 – ano que foi realizada a pesquisa. Outros 148 (28,8%) filiaram-se entre 2003 e 2006; 93 (18,1%) o fizeram entre 1999 e 2002; 47 (9,2%) entre 1995 e 1998, enquanto 189 (36,8%) estavam em seu partido desde antes de 1995¹¹.

A segunda hipótese refere-se à ideologia. O suposto aqui é o de que deputados eleitos por partidos de esquerda apresentem perfil mais partidário. Seguindo o argumento de Melo (2004), duas razões podem ser apontadas para tanto. De um lado, é possível caracterizar os partidos de esquerda como organizações dotadas de orientação mais programática, em contraposição ao caráter mais nitidamente eleitoral dos partidos situados à direita do espectro¹². O maior peso conferido a questões programáticas e ideológicas explicaria a existência de vínculos mais robustos entre tais partidos e seus representantes. Nos termos de Panebianco (1982), em partidos deste tipo os incentivos

¹¹ Apenas 14 deputados não responderam à questão.

¹² A este respeito ver Gunther e Diamond (2003). Na tipologia proposta pelos autores, mesmo entre os partidos *eleitoralistas*, seria possível distinguir entre os de tipo *catch all*, os de tipo *programático* e os *personalistas*. Os segundos guardariam diversas semelhanças com os partidos de massa “clássicos”. Wolinetz (2002), por sua vez, propõe uma série de critérios para distinguir entre partidos de tipo *policy seeker*, *office seeker* e *vote seeker*.

de tipo coletivo manteriam sua importância, ao contrário do que tenderia a ocorrer naqueles “puramente” eleitorais, onde os incentivos seletivos seriam largamente dominantes quando não únicos.

Uma segunda explicação abre espaço para um cálculo de ordem mais pragmática por parte dos deputados: a possibilidade de que os membros dos partidos de esquerda beneficiem-se de estratégias eleitorais coletivas desenvolvidas por suas organizações. No PT, o mais notório dos casos, a ênfase conferida à legenda sempre reduziu os custos de campanha e possibilitou a eleição de deputados com votação mais baixa do que a necessária nos demais partidos de porte médio e grande. Em menor grau, o raciocínio vale para as seções do PDT no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. No PC do B, a opção pelo lançamento de apenas dois ou três candidatos em cada Estado, geralmente em coligação com o PT, faz com que os escolhidos – e quase sempre são os mesmos, dado que a definição da lista é uma atribuição do comitê dirigente no Estado – possuam melhores perspectivas de sucesso eleitoral que em qualquer outra legenda. Os deputados eleitos pela esquerda também podem contar com outro importante recurso eleitoral: os laços com os militantes oriundos dos movimentos sociais. Pode-se dizer, portanto, que para os políticos de esquerda a relação entre sucesso eleitoral e estrutura partidária é mais clara do que no caso dos que se perfilam ao centro e à direita.

Para operacionalizar o teste da hipótese os partidos foram classificados em um contínuo esquerda-direita com base em uma média obtida a partir de três questões contidas no questionário aplicado aos deputados. Tomando como base uma escala de 1 a 10, onde 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita, foi solicitado aos deputados que classificassem um conjunto de partidos que não o seu (questão 33), que se auto classificassem (questão 34), e que classificassem seu próprio partido (questão 35)¹³. Seguindo Castro, Nunes e Anastásia (2009), que trabalharam com os mesmos dados, foram considerados de esquerda aqueles partidos cuja média obtida ficou entre 0 e 4 (PC do B, PSOL, PT, PDT e PSB). Foram classificados como de centro aqueles

¹³ Tal procedimento tem sido utilizado pela equipe de pesquisadores responsáveis pela condução do projeto Elites Parlamentares da América Latina (PELA), ao qual o projeto conduzido pelo Centro de Estudos Legislativos se encontra associado. A diferença aqui encontra-se na introdução da questão 33. No PELA a posição ideológica dos partidos é obtida com base nas duas outras perguntas do *survey* (para o Projeto Elites, ver Alcântara, 2007). A mudança se justifica uma vez que no Brasil observa-se uma tendência dos deputados pertencentes aos partidos conservadores de se posicionar ao centro, tendência “corrigida” pela pergunta 33. Melo e Nunes (2009) utilizam as mesmas perguntas em uma comparação entre os deputados federais brasileiros e os chilenos.

situados entre 4,1 e 6,0. À direita foram posicionados os que se situaram acima de 6,0 (PTB, PR, DEM, PP, além de algumas siglas menores). Ao final o conjunto dos deputados eleitos por partidos classificados à esquerda abrangeu 27,7% do universo pesquisado, os eleitos pelo centro 45,2% e aqueles cujo partido situava-se à direita 26,7%.

A terceira hipótese aventada é de que deputados com tendência a exercer o mandato sob uma ótica mais universalista, em contraposição àqueles de orientação mais particularista, tendem a apresentar perfil mais partidário. Na literatura especializada é comum encontrar a suposição de que o particularismo tende a prevalecer em contextos onde predomina o voto personalizado (Kitschelt, 2000), processo que poderia ser mitigado com a presença mais destacada dos partidos (Shugart, 2001). Ou seja, deputados que constroem seu mandato prioritariamente com base no atendimento de demandas específicas tendem a se apoiar mais em relações de caráter individual, dispensando a mediação partidária. De acordo com Linz (2002), aqueles que representam “interesses especiais” entram, com mais frequência, em conflito com seus líderes, os quais estariam mais preocupados com interesses de caráter mais universal.

Para a medida do grau de particularismo dos deputados foi adotado o índice utilizado por Castro, Nunes e Anastásia (2009). Trabalhando com o mesmo questionário utilizado para este artigo, os autores chegaram a um índice somatório criado a partir dos seguintes itens: (a) a afirmação do deputado de que a função a que dá mais importância é “propor emendas ao orçamento estadual que beneficiem a sua região” (questão 31); (b) a frequência com que os deputados afirmam ter realizado, na atual legislatura, a atividade de “atender ou encaminhar pleitos de seus eleitores” (questão 47d); (c) a frequência com que os deputados afirmam ter realizado, na atual legislatura, a atividade de “tratar, junto à burocracia, das demandas de prefeitos de sua região” (questão 47e); (d) a frequência com que o deputado utiliza “visitas às suas bases eleitorais” como meio para informar seus eleitores sobre sua atuação parlamentar (questão 66c); (e) a importância que o deputado dá a “conseguir recursos para a sua base eleitoral” na reeleição de um candidato à Assembléia Legislativa (questão 73d)¹⁴. O índice construído variou de 2,67

¹⁴ Na primeira questão foram atribuídos quatro (4) pontos ao deputado se ele afirmou dar importância “em primeiro lugar” a essa função, dois (2) pontos se afirmou “em segundo lugar” e zero (0) se não citou essa função entre as duas mais importantes. Para

a 20 pontos, com média de 14,77 e desvio padrão de 3,38 (Castro, Nunes e Anastásia (2009, p.978).

A quarta hipótese formulada foi a de que deputados mais progressistas tenderiam a apresentar perfil mais partidário. Aqui simplesmente trata-se de uma derivação da antiga tese da sociologia política segundo a qual contextos mais modernos associam-se à presença de partidos políticos enquanto contextos mais tradicionais estariam mais claramente vinculados a relações políticas de tipo personalista (Lipset e Rokan, 1967).

No questionário aplicado nas assembléias, os deputados foram convidados a se posicionar contra ou a favor de uma série de temas polêmicos. Foram considerados progressistas aqueles que se manifestaram contra a pena de morte, a favor da descriminalização do uso de drogas, da união civil de pessoas do mesmo sexo, do aborto como direito das mulheres e da proibição da venda de armas de fogo. Com base nas cinco questões foi possível chegar a um índice de progressismo com variação de 0 a 5¹⁵.

A quinta hipótese defende que deputados vinculados a religiões mais conservadoras apresentarão perfil menos partidário. A intenção inicial era a de estabelecer um contraponto entre os deputados evangélicos e os demais¹⁶. Segundo alguns autores (Howe, 1977; Pierucci, 1987 e 1989; Mendonça e Velaquez, 1990; Prandi, 1992; Freston, 1993) é possível afirmar que os evangélicos possuem um perfil mais conservador. Tal perfil estaria associado, segundo Prandi (1992), a uma pregação – dirigida aos eleitores – segundo a qual é preciso se manter longe do terreno da política e de tudo o que ela representa e à percepção de que o que vale é a defesa dos interesses e valores defendidos pela Igreja (o que muitas vezes assume a forma de uma “candidatura oficial”). Neste contexto, faz pouco sentido esperar que tais deputados sintam-se

a segunda e a terceira questões utilizou-se a seguinte escala: muitas vezes, algumas vezes, poucas vezes ou nunca e os números, de zero (0) a quatro (4), foram atribuídos aos deputados de acordo com grau crescente em sua resposta sobre a frequência das atividades. Na quarta questão os valores de zero (0) a quatro (4) foram atribuídos de acordo com a ordenação, feita pelos deputados, de um conjunto de cinco itens alternativos. Finalmente, na última questão os pontos de zero (0) a quatro (4), foram atribuídos aos deputados de acordo com uma escala de resposta que variava de “nunca” a “frequentemente”.

¹⁵ Apenas 3,5% dos deputados foram classificados na posição mais conservadora (0). Na posição (1) ficaram 18,9%, na (2) 27,3%, na (3) 25,7%, na (4) 16,6% e na posição mais progressista 8,0% dos entrevistados.

¹⁶ 44 deputados declararam não possuir religião.

vinculados aos partidos pelos quais foram eleitos. Tal suposição é perfeitamente coerente quando se observa, por exemplo, a trajetória dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados. Como mostra Fernandes (2004), tais deputados distribuem-se pelas mais diversas legendas ao centro e à direita e trocam de partido com muita frequência.

No entanto, o pequeno número de deputados que declarou pertencer a igrejas evangélicas impossibilitou que se pudesse utilizar tal grupo como referência na discussão. A alternativa foi recorrer ao “outro lado” do espectro, uma vez que o questionário permitia distinguir os católicos próximos à teologia da libertação dos católicos carismáticos ou que se declararam conservadores. Um total de 146 entrevistados declarou-se católico progressista (28,5% do universo), o que permitiu utilizar este grupo como referência.

Finalmente, foi possível formular outras três hipóteses, segundo as quais deputados com perfil mais individualista tenderiam a: (1) pertencer a famílias com tradição política; (2) não possuir experiência legislativa; (3) apresentar maior nível de renda e não se dedicar exclusivamente à atividade legislativa. A primeira hipótese fundamenta-se na idéia de que no Brasil a existência de uma tradição política que passa de pai para filho ajusta-se melhor à visão de que os partidos são um instrumento a ser utilizado de acordo com a conveniência. Para operacionalizá-la foi utilizada a questão de número 82, sobre a presença de familiares na política e agrupadas as respostas que apontavam a presença de pai/mãe de forma isolada ou associada a tio/avô. A segunda hipótese baseia-se na idéia de que o cenário legislativo brasileiro é distinto do cenário eleitoral no sentido de que, no primeiro, os partidos contam de forma mais efetiva e sem o seu concurso a busca dos objetivos dos deputados tende a se frustrar (Figueiredo e Limongi, 1999). A pergunta utilizada, de número 79, permitia separar os deputados de primeiro mandato dos demais. Finalmente, para a última hipótese se recorreu, de novo, aos estudos clássicos sobre os partidos que sustentam que os vínculos entre estes e seus membros tendem a ser mais fortes quanto menor a autonomia econômica dos segundos. Ainda que aqui não esteja se tratando de cidadãos “comuns” e sim de parte da elite brasileira, a intenção era verificar se as distinções existentes neste nível poderiam dar sua contribuição para se explicar a variação nos graus de partidarismo. Foram utilizadas as perguntas de número 108 e 112 e destacados como grupo de referência os deputados que, ao mesmo tempo, ocuparam as

duas maiores faixas de renda (Q. 112) e declararam se dedicar a outras atividades além da legislativa (Q. 108), num total de 137 entrevistados (26,7% do universo).

Testando as hipóteses

Para o teste das hipóteses foi utilizado um modelo de regressão logística multinomial. Diferente da regressão logística, tal modelo é recomendado quando a variável dependente, no caso o índice de partidarismo, não se restringe a duas categorias. Tampouco seria adequado o uso de uma regressão linear visto que não existe um ordenamento natural entre as categorias da referida variável. O modelo multinomial permite perceber como tais categorias se comportam sob a influência dos fatores escolhidos como preditores.

No modelo mostrado a seguir nem todas as variáveis independentes foram incluídas. As variáveis *tradição familiar e experiência legislativa* não mostraram correlação significativa com o índice de partidarismo. As hipóteses correspondentes foram, portanto, refutadas. A variável *renda* apresentou correlação significativa e no sentido esperado quando submetida ao teste de correlação de *Pearson*. Mas uma vez introduzida no modelo de regressão a significância desapareceu por completo.

Também não foi incluída no modelo final a variável *religião*. A variável apresentou correlação significativa com o índice de partidarismo – deputados filiados a religiões mais conservadoras tendem a situar-se nas categorias 0 e 1 do índice e – e quando introduzida no modelo o desempenho é igualmente relevante. No entanto, o número de deputados sem religião ou cuja opção religiosa não podia ser facilmente classificada, fez com que a quantidade de casos perdidos saltasse de 22 para 83. Em sendo assim, optou-se por retirar a variável do modelo.

Desta forma o modelo final contou com cinco variáveis independentes: estabilidade da competição eleitoral estadual, tempo de filiação, ideologia, particularismo e progressismo. Todas elas foram tratadas como dummies. No caso da estabilidade de competição eleitoral optou por separar os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo (ver tabela 2), dando-lhes o valor (1), dos demais. Quanto ao tempo de

filiação, os deputados foram divididos em dois grupos: aqueles com filiação entre 2007 e 1995 (0) e aqueles com filiação anterior a este último ano (1). Para o caso da ideologia, os deputados filiados a partidos de centro e direita foram classificados como (0) e os de esquerda como (1). No que se refere ao particularismo, os deputados situados acima da média (14,67) obtida no índice de Castro, Nunes e Anastasia assumiram o valor (0). No caso do índice de progressismo foi feita a opção de agregar os deputados inicialmente classificados em 0, 1 e 2, contrapondo-os ao grupo dos classificados em 3, 4 e 5. Os segundos, mais progressistas, receberam o valor (1). Desta forma, espera-se que os resultados sejam positivos para todas as variáveis – deputados de perfil mais partidário terão mais chance de serem encontrados nos sistemas de maior estabilidade eleitoral e entre aqueles deputados com maior tempo de filiação, mais universalistas, eleitos por partidos de esquerda e de perfil mais progressista. A tabela a seguir confirma as previsões.

Tabela 3
Coefficiente de regressão multinomial para partidarismo¹⁷

Índice de partidarismo	B	Sig.	Exp(B)	Intervalo de confiança (95%)	
				Inferior	Superior
1	Intercept	-,435	,301		
	Estabilidade eleitoral	,466	,130	1,594	
	Tempo de filiação	1,135	,002	3,112	
	Ideologia	,466	,182	1,593	
	Particularismo	,431	,098	1,539	
	Progressismo	-,179	,499	,836	
2	Intercept	- 1,332	,000		
	Estabilidade eleitoral	,707	,029	2,028	
	Tempo de filiação	2,073	,000	7,950	
	Ideologia	,701	,053	2,016	
	Particularismo	,694	,015	2,001	
	Progressismo	,081	,781	1,084	
3	Intercept	-3,012	,000		
	Estabilidade eleitoral	,973	,006	2,646	
	Tempo de filiação	2,748	,000	15,616	
	Ideologia	1,688	,000	5,409	
	Particularismo	,672	,041	1,959	
	Progressismo	1,048	,003	2,853	

Categoria de referência: 0

¹⁷ O modelo de regressão adotado não permite que o coeficiente de determinação, R^2 , seja calculado da mesma forma como em uma regressão de tipo linear. Um dos substitutos possíveis é o índice de Cox and Snell que, no caso em questão, atinge o valor de 0,346 – o valor 1 significaria que 100% da variação do fenômeno analisado seria explicada pelas variáveis independentes.

O modelo mostra que a variável tempo de filiação é a que apresenta o melhor desempenho, mantendo valores significativos e no sentido esperado para as categorias (3), (2) e (1), quando comparadas à categoria de referência (0). Deputados de perfil mais partidário, categoria (3), possuem 15 vezes mais chance de estarem entre aqueles que possuem maior tempo de filiação (anterior a 1995) do que os deputados da categoria de referência, os de perfil menos partidário. Quando examinamos os deputados de categoria (2) a chance é 7,9 vezes maior, valor que cai para 3,1 quando a comparação é feita entre os deputados das categorias (1) e (0)¹⁸.

A variável estabilidade eleitoral apresenta valores significativos e no sentido esperado para as categorias (3) e (2). Deputados mais partidários apresentam 2,6 vezes mais chance de serem encontrados nos sistemas partidários onde a competição eleitoral atingiu maior grau de estabilidade do que os deputados da categoria (0). Para os deputados da categoria (2) a chance é um pouco menor: 2,0. Quando comparados os deputados de tipo (1) e (0) a diferença deixa de ser significativa.

Também a variável particularismo apresenta valores significativos e positivos para as duas mais altas categorias do índice de partidarismo. No entanto, o resultado é menos coerente do que o encontrado para a variável anterior, já que a chance de que deputados de tipo (2) sejam também mais universalistas – quando comparados aos de tipo (0) – é praticamente a mesma que a encontrada quando são analisados os deputados de tipo (3) – em torno de 2,0. Ademais, pode-se observar que os valores encontrados para a categoria (2) são pouco mais significativos que aqueles observados para a categoria (3).

As variáveis ideologia e progressismo só apresentam resultados significativo quando são comparadas as categorias (3) e (0) do índice de partidarismo. Deputados de perfil mais partidário possuem 5,4 vezes mais chances de pertencer a partidos de esquerda e 2,8 vezes mais serem de estarem entre aqueles de valores mais progressistas¹⁹. Quando se analisa os deputados da categoria (2), a variável ideologia ainda mantém-se significativa a 0,1, enquanto o progressismo deixa de possuir qualquer relação com a variável independente.

¹⁸ Os resultados são quase os mesmos quando se substitui a dummy tempo de filiação por uma variável com cinco categorias – 2007, 2003-2006, 2002-1999, 1995-1998, antes de 1995.

¹⁹ A substituição da variável ideologia por outra, na qual os deputados do PT são destacados dos demais produz resultados semelhantes.

Conclusão

No Brasil convivem deputados com trajetória claramente partidária e outros para os quais os partidos são um instrumento a ser utilizado de acordo com a circunstância. Este texto procurou explorar esta diferenciação e, dentro de seus limites, explicá-la.

Como ponto de partida foi utilizado um questionário aplicado a deputados eleitos em 2006 em assembleias de doze estados brasileiros. Com base nas respostas obtidas a algumas das questões foi elaborado um índice de partidarismo.

Como o objetivo de explicar a variação observada no índice um conjunto de hipóteses foi formulada e cinco delas puderam ser corroboradas. Pelos testes realizados pode-se dizer que existe uma relação de reforço mútuo entre o tempo de filiação e a importância que o deputado confere ao partido. Da mesma forma, é possível afirmar que os deputados estaduais tendem a apresentar um perfil mais partidário naqueles estados, dentre os pesquisados, dotados de maior estabilidade na competição eleitoral. Tal estabilidade é uma dimensão crucial do grau de institucionalização dos sistemas partidários. Em outras palavras, ali onde a interação entre os partidos apresenta um padrão mais definido e onde estes jogam um papel de maior relevo na competição política, pode-se dizer que os deputados lhe atribuem maior importância.

De forma um pouco menos consistente do que para a variável anterior, deputados tendentes a um mandato mais universalista tendem a apresentar um perfil mais partidário. O mesmo pode ser dito daqueles deputados eleitos por partidos de esquerda, mas neste caso a relação mostra-se mais frágil – o que pode indicar, voltando aos sistemas partidários, que o desempenho destes últimos, aqui medido pela estabilidade da competição eleitoral, não parece depender da presença de partidos de esquerda. Finalmente, deputados que expressaram opiniões mais progressistas sobre temas polêmicos (contra a pena de morte, a favor da descriminalização do uso de drogas, da união civil de pessoas do mesmo sexo, do aborto como direito das mulheres e da proibição da venda de armas de fogo) também se revelaram menos individualistas e mais partidários.

Os achados deste texto confirmam algumas hipóteses de caráter mais geral presentes na literatura, mas o fazem dentro de limites evidentes. Em primeiro lugar, como já ressaltado, todas as afirmações aqui feitas referem-se apenas aos estados pesquisados e não podem ser generalizadas ao conjunto dos deputados no Brasil. Em segundo lugar, o estudo abrange apenas uma legislatura e, neste sentido, deve ser visto como exploratório. Os estudos sobre os legislativos subnacionais no Brasil estão apenas engatinhando e este caso não representa uma exceção. Certamente conclusões mais robustas sobre o tema aqui tratado dependem da existência de séries históricas, algo que, evidentemente, não possuímos.

Referências bibliográficas

- AMES, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. FGV.
- ALCÁNTARA, Manuel (org.) (2006) *Políticos y política en América Latina*. Madrid: Fundación Carolina & Siglo XXI.
- ANASTASIA, Fátima.; MELO, Carlos; SANTOS, Fabiano. (2004) *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Konrad-Adenauer/UNESP.
- AMORIM NETO, OTÁVIO (2000). “Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 43, n. 3.
- BOHN, Simone e PAIVA, Denise (2009) “A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, nº 33.
- CASTRO, Mônica Mata Machado, NUNES, Felipe e ANASTASIA, Fátima (2009). “Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 52(4), pp. 961-1001.
- CAMPOS, Mauro Macedo (2009). “Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil”. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG.
- CAVAROZZI, Marcelo e CASULLO, Esperanza (2003). “Los partidos políticos en América Latina hoy: consolidación o crisis?”, in Cavarozzi e Medina (orgs.) *El Asedio a la Política – los partidos latinoamericanos en la era neoliberal*. Rosário, Homo Sapiens.
- EPSTEIN, Daniel (2009). “Clientelism Versus Ideology: Problems of Party Development in Brazil”. **Party Politics** 15(3).
- FERREIRA, Denise, BATISTA, Carlos, STABILE, Max (2008). “A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional” **Opinião Pública**, 14(2).
- FERNANDES, Evandro Marcelo Alves (2004). “Protestantes e política no Brasil: o perfil da atuação protestante na câmara dos deputados na década de 90”. Dissertação de Mestrado, Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte.
- FRESTON, Paul “Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment”. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, FGV/FAPESP.
- FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando (2002). Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados*, vol. 45, nº 2.
- GUNTHER, Richard and DIAMOND, Larry (2003). "Species of Political Parties: a new typology". **Party Politics**, 9 (2).
- INACIO, Magna (2006). "Presidencialismo de Coalizão e sucesso presidencial no Brasil". Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais.
- LEVITSKY, Steven (2005). *La transformación del Justicialismo. Del Partido Sindical al Partido Clientelista*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- Lima Jr., Olavo Brasil (1983). *Os partidos políticos brasileiros – a experiência federal e regional: 1945-1964*. Ed. Graal.
- LINZ, Juan. (2002), "Parties in Contemporary Democracies: Problems and Paradoxes", in Richard Gunther, Jose Ramon-Montero e Juan Linz (org.), *Political Parties. Old Concepts and New Challenges*. Oxford, Oxford University Press.
- LIPSET, Seymour and ROKKAN, Stein (1967). **Party System and Voter Alignment**. The Free Press.
- KITSCHOLT, Herbert. (2000), "Linkages Between Citizens and Politicians in Democratic Polities". *Comparative Political Studies*, vol. 33, (6-7).
- MAINWARING, Scott (1991), "Políticos, partidos e sistemas eleitorais". **Novos Estudos**, nº 29.
- MAINWARING, Scott (1993). "Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil". *Lua Nova*, nº 23/24.
- MAINWARING, Scott e SCULLY, Timothy (1995). *Building Democratic Institutions – Party Systems in Latin America*. Stanford University Press.
- MAINWARING, S. e TORCAL, Mariano (2005). "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". **Opinião Pública**, vol. XI, nº 2.
- MAINWARING, S. e ZOCO, Edurne (2007). "Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old and new democracies". **Party Politics**, 13 (2).
- MAIR, Peter e BARDI, Luciano (2008). "The Parameters of Party Systems". **Party Politics**, 14 (2).
- MANIN, Bernard (1995). "Metamorfoses do Governo Representativo". **RBCS**, nº 29.
- MELO, Carlos Ranulfo (2004). **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002)**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG.
- MELO, Carlos Ranulfo (2007). "Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro", in: Melo e Alcântara, **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Ed. UFMG.
- MELO, Carlos Ranulfo e MIRANDA, Geralda (2006). "Migração e partidos no governo Lula". Trabalho apresentado no 5º Encontro da ABCP, Belo Horizonte.
- MELO, Carlos Ranulfo e NUNES, Felipe (2009). "Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula", in Rennó e Inácio (Eds.) *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Ed. UFMG.

- MIRANDA, Geralda (2008). “O comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (1991-2007)”. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG.
- PANEBIANCO, Angelo. (1982). *Modelos de Partido*. Alianza Editorial.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (1989). “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte”. *Revista Ciências Sociais Hoje*.
- PRANDI, Reginaldo (1992). “Perto da magia, longe da política: derivações do encantamento no mundo desencantado”. *Revista Novos Estudos Cebrap* nº34.
- RENNÓ, Lucio; PERES, Paulo e RICCI, Paolo (2008). “A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste com as explicações econômicas, políticas e sociais”. VI Encontro da ABCP, Campinas.
- SANTOS, Fabiano. (2003) **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. ED. UFMG.
- SARTORI, Giovanni. (1976). **Partidos e Sistemas Partidários**. UNB.
- SARTORI, Giovanni (1996). *Engenharia Constitucional*. UNB.
- SHUGART, Matthew (2001). “Electoral ‘Efficiency’ and the Move to Mixed-member Systems”. *Electoral Studies*, vol. 20, (2).
- WOLINETZ, Steven (2002). “Beyond the Catch-All Party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies”, in: Gunther, Monteiro & Linz (orgs.), *Political Parties – old concepts and new challenges*. Oxford U. Press.